



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, **DE 2024.**
(Do Sr. Gustavo Gayer)

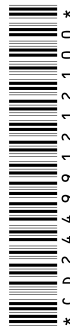
Solicita informações ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, a respeito da notícia que o Ministério da Verdade, através da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD), enviou ofícios à Polícia Federal e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para que sejam instaurados procedimentos policial e administrativo, respectivamente, para apuração de possíveis crimes contra o mercado de capitais.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, quanto a notícia que o Ministério da Verdade, através da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD), enviou ofícios à Polícia Federal e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para que sejam instaurados procedimentos policial e administrativo, respectivamente, para apuração de possíveis crimes contra o mercado de capitais.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informação, solicito que sejam respondidos os seguintes questionamentos:

- 1- Qual é o limite da atuação do governo no controle de informações sobre o mercado financeiro?





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

Apresentação: 19/12/2024 20:21:51.077 - MESA

RIC n.4683/2024

- 2- Qual à competência legal do Ministério da Verdade, por meio da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD), para interferir nas informações divulgadas sobre o dólar e o mercado de capitais, sem infringir os princípios constitucionais de liberdade de expressão e de mercado?
- 3- Estamos diante de uma ameaça à liberdade de opinião econômica no Brasil?
- 4- Ao enviar ofícios para a Polícia Federal e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o governo está ultrapassando a linha entre a regulação legítima e a censura política? Como garantir que essa ação não seja um esforço para controlar as narrativas econômicas em benefício próprio ou de grupos específicos?
- 5- O governo pode ser imparcial ao agir dessa maneira?
- 6- Como garantir que o Ministério da Verdade e o PNDD, ao se envolverem diretamente em investigações sobre o mercado financeiro, não estejam promovendo interesses políticos em detrimento da independência das análises econômicas e da integridade do mercado?
- 7- Qual é o real impacto dessa ação sobre os investidores e a confiança no Brasil?
- 8- A intervenção do governo pode gerar incertezas e inseguranças no mercado financeiro?
- 9- Como os investidores podem se sentir seguros em um ambiente onde as autoridades estatais se envolvem diretamente na vigilância de opiniões sobre o mercado?
- 10- O governo está comprometido com a transparência ou com o controle das narrativas econômicas?
- 11- Quando o PNDD propaga informações tendenciosas sobre o dólar, está comprometido com a transparência, ou



* C D 2 4 4 9 9 1 2 1 2 1 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

busca apenas controlar a percepção pública para evitar críticas ao governo?

12-Até que ponto a disseminação de informações não imparciais pode prejudicar o ambiente econômico e político do país?

13-A quem o governo deve prestar contas por suas ações no mercado financeiro?

14-Quem irá fiscalizar a atuação do PNDD e do governo, caso suas investigações sobre o mercado de capitais estejam motivadas por interesses políticos e não pela verdadeira proteção da democracia e da economia?

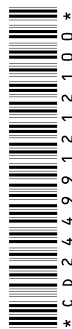
15-Essa intervenção pode gerar um precedente perigoso para futuras ações de controle do mercado?

16-O que o governo pretende com essa ação? Está estabelecendo um precedente para o controle de outras discussões econômicas ou políticas que possam ser desfavoráveis ao seu governo no futuro? O que está em jogo é o livre debate, não apenas sobre o dólar, mas sobre qualquer outro tema relevante para o país?

17-Em que medida o governo está preparado para justificar ações que envolvem a Polícia Federal e a CVM em questões econômicas?

18-Qual é a justificativa legal e constitucional para envolver órgãos de segurança e regulação financeira na apuração de "crimes contra o mercado" relacionados a opiniões ou previsões sobre o dólar? Não existe o risco de instrumentalizar essas instituições em nome de interesses políticos?

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Sr. Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República entenda como pertinentes, sobre o tema.





JUSTIFICAÇÃO

A recente atuação do Ministério da Verdade, através da Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD), acende um sinal vermelho para a liberdade de expressão e o funcionamento saudável do mercado financeiro no Brasil. Em uma medida alarmante, o órgão disseminou informações claramente tendenciosas sobre o dólar e emitiu ofícios à Polícia Federal e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), solicitando a instauração de procedimentos policiais e administrativos para apuração de possíveis crimes contra o mercado de capitais.

Conforme essas notícias¹, a Procuradoria Nacional da União de Defesa da Democracia (PNDD) já tinha atuação nas enchentes do Rio Grande do Sul. A subida do dólar agora é a segunda grande atuação do Ministério da Verdade.

Na noite de quarta-feira, 18, o PNDD enviou funcionários à Polícia Federal e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para que sejam “instaurados procedimentos policiais e administrativos, respectivamente, para apuração de possíveis crimes contra o mercado de capitais, a partir da veiculação, em rede social, de desinformação envolvendo a política monetária brasileira, o Banco Central e seu futuro presidente, Gabriel Galípolo”. Desta vez, o governo reclama que mensagens divulgadas nas redes sociais seriam responsáveis pela alta do dólar.

Ainda, segundo a reportagem e de acordo com uma nota oficial, as mensagens “ganham repercussão significativa no mercado financeiro e em páginas e perfis especializados em análise econômica, fato que gerou impactos negativos na cotação do dólar”. *“Ao interferir diretamente na percepção do mercado, comprometeu a eficácia da política pública federal*

¹ <https://oantagonista.com.br/opinio/crusoe-ministerio-da-verdade-de-lula-espalha-mentira-sobre-dolar/>





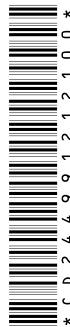
de estabilização cambial, evidenciando o elevado potencial lesivo de barcos neste contexto”, segue a nota. É mentira. O tal perfil que publicou frases falsas de Galípolo não tinha capacidade para tanto. O que fez o dólar subir foi uma falha do ministro da Fazenda...

Ressalta-se, que o que está em jogo não é apenas uma simples investigação, mas sim a crescente ingerência do governo sobre as liberdades econômicas e informativas. A interferência do PNDD, em um assunto de tamanha relevância e complexidade como o câmbio e o mercado financeiro, levanta sérias preocupações sobre o controle da narrativa e da informação no país. O uso de mecanismos estatais para investigar cidadãos e instituições por suas opiniões sobre o valor do dólar ou sobre qualquer outro ativo, em um ambiente financeiro democrático, soa como uma tentativa de silenciar vozes dissonantes e suprimir o debate legítimo.

Essa ação do governo é uma tentativa clara de estabelecer um ambiente em que a livre troca de ideias e informações sobre os mercados financeiros, fundamentais para a transparência e a saúde da economia, se torne cada vez mais restrita. Ao se envolver diretamente nas operações e vigilância das discussões sobre o dólar, o governo cria um precedente perigoso para futuras intervenções em outras esferas do mercado e da sociedade.

Ademais, o risco maior não é apenas o impacto imediato sobre os profissionais do mercado financeiro ou os analistas de câmbio. O cerne da questão está na erosão das bases que sustentam a liberdade econômica e a confiança no sistema financeiro. Se, de fato, o governo continuar a controlar e limitar a liberdade de expressão no ambiente econômico, os investidores podem passar a ver o país como um terreno perigoso para seus investimentos. As incertezas aumentam, e, conseqüentemente, o mercado se torna mais volátil, o que é o oposto do que se espera de uma economia sólida e estável.

Portanto, é urgente que a sociedade brasileira e os representantes do mercado de capitais se unam para defender um ambiente de transparência, onde o controle governamental sobre o que se pode ou não dizer sobre o mercado financeiro não ultrapasse os limites da legislação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **GUSTAVO GAYER** – PL/GO

vigente. O país não pode permitir que as instituições de vigilância política ganhem poder sobre a liberdade de expressão econômica, o que abriria as portas para um estado autoritário, onde o controle da narrativa passa a ser mais importante do que a verdade.

Diante desse cenário, a independência das entidades reguladoras e a proteção da livre expressão são pilares essenciais para o futuro democrático e próspero do Brasil. O momento exige vigilância e ação.

Sala das Sessões, de de 2024.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

